

## As academias científicas e a Academia das Ciências de Lisboa

Teresa Cristina de Carvalho Piva\*; Adílio Jorge Marques\*\*

Foi durante os séculos XVII e XVIII que a maioria das academias científicas européias surgiram. Inicialmente não possuíam a estrutura e organização de uma academia, se limitava a encontros informais nas residências de nobres ou mecenas interessados em obter novos conhecimentos. Estes curiosos do saber conversavam e discutiam sobre várias temáticas, indo desde medicina, matemática, filosofia, astronomia até a poesia. Os encontros tinham a intenção de promover e divulgar os novos conhecimentos científicos e técnicos que estavam ocorrendo no momento.

As reuniões destes grupos progrediram para formação de sociedades com alguma organização e foram nomeadas de academias, fazendo analogia aos locais aprazíveis em que o filósofo grego Platão (428 a.C.-347 a.C.) ensinava filosofia (Durant, 1926).

Os países da Europa, inclusive em Portugal, observavam o nascer de uma concepção nova, dinâmica e metodológica. A proposta iluminista visava à evolução dos povos, desde uma época ligada ao artesanato pela época da tecnologia. A tendência era a substituição do arcaico pela modernidade (Cassirer, 1997).

Esta pesquisa teve como objetivos mostrar a importância da criação das academias científicas européias como locais de promoção do conhecimento científico da época e em adição conhecer e divulgar como se formou a Academia das Ciências de Lisboa.

A Accademia dei Lincei, italiana é a mais antiga das academias. Foi fundada em 1603, e um de seus membros foi o próprio cientista Galileu Galilei (1564-1642). Outras seguiram organizações seguiram o exemplo dos italianos e desta forma, alguns curiosos do saber na Alemanha, criaram na cidade de Schweinfurt, o Collegium Naturae Curiosum (1651/1652-1695). A Accademia del Cimento (1657-1667), em Florença tinha como objetivo principal desenvolver e propagar a metodologia experimental de Galileu. O estímulo para a criação das academias continuou e surgiram outras academias científicas, em 1660 a Royal Society em Londres; a Academia Real de Ciências de Paris (1666-1793) em Paris; a Academia das Ciências de Berlim (1700), em Berlim; Academia das Ciências da Rússia (1724), em S. Petersburgo entre outras (Hahn, 1990).

---

\* Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da UFRJ, Brasil. E-mail: teresa.piva@yahoo.com.br

\*\* Colégio Santo Inácio, Brasil. E-mail: adiliojm@yahoo.com.br



**Figura 1** Pintura a óleo de Henri Testelin (1616-1695), retratando Jean Baptiste Colbert apresentando os membros da à Academia Real das Ciências de Paris ao Rei Luis XIV, em 1667.

Em Portugal não existiam academias científicas, inicialmente membros da nobreza promoviam encontros, como por exemplo, as Conferências Discretas e Eruditas (1696-1705) promovidas pelo 4º Conde da Ericeira, em seu palácio lisboeta, e a embrionária Academia dos Generosos (1714-1716). Ambas instituições tinham como finalidade organizar palestras trazendo temas filosóficos para a discussão, numa consciência clara de querer partilhar as idéias iluministas da época (Saraiva, Lopes, 1989).

Algumas pessoas da sociedade portuguesa comungavam do fervor científico e difundiam as idéias dos cientistas do século XVII, como foi o caso de D. Francisco Xavier de Meneses (1673-1743), o 4º Conde da Ericeira, intelectual, estudioso, interessado principalmente no estudo da matemática. D. Francisco era ainda possuidor de grande eloquência, e por isto se tornou conhecido em toda a Europa, a ponto de manter correspondência com os mais importantes filósofos da Itália, França e Espanha. Organizava em sua residência encontros com conferências e debates sobre a Nova Filosofia (Serrão, 1980).

O Conde da Ericeira possuía uma vasta biblioteca constituída por mais de quinze mil volumes no seu Palácio da Anunciata, e dela faziam parte o livro de plantas e ervas *O Herbolário*, que pertenceu a Matias Corvino, rei da Hungria, além da obra considerada de maior importância, *A História do Imperador Carlos V*, escrita por ele próprio. Esta extraordinária biblioteca não resistiu ao incêndio que se seguiu ao terremoto de 1755, e infelizmente não sobrou nada de seu acervo. Entretanto, uma grande contribuição do Conde da Ericeira para a sociedade portuguesa e o desenvolvimento das ciências em Portugal foi instituir, em seu próprio palácio, a efêmera Academia Portuguesa, em 1717, que durou até 1722 (Palma-Ferreira, 1982).

Outras Academias foram criadas em Portugal e o Conde da Ericeira participou de várias delas. O Reinado de D. João V foi um período de grande preocupação com a cultura, e a importância de preservar o patrimônio cultural e artístico de Portugal inquietou o rei, devendo-se a ele a promulgação da primeira medida régia, lavrada por Alvará do dia 14 de Agosto de 1721, destinada à proteção da herança cultural portuguesa. Nesse Alvará o Rei queria impedir *“perjuizo tão sensível e tão danoso à reportagem e glória da antiga Lusitania, cujo domínio e soberania foi Deos servido dar-me”*. Havia grande preocupação *“em conservar e guardar todas as antiguidades sobreditas, já descobertas que venhão a descobrisse nos termos do seu districto”* (Serrão, 1980, p. 427).

D. João V, *O Magnânimo*, (1689-1750) era um homem instruído e cercava-se de aristocratas cultos, como por exemplo, o clérigo e escritor D. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734), autor da *História Cronológica da Casa Real*, o já mencionado Conde da Ericeira, Manuel Teles da Silva, 2º Marquês de Alegrete (1662-1731). Contou ainda com a contribuição do pedagogo e pensador Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), futuro governador da Capitania de Minas Gerais, Diogo de Mendonça Corte Real (1658-1736), Doutor em Cânones pela Universidade de Coimbra, secretário de Estado de D. João V, diplomata dos mais notáveis do século XVIII, e ainda os ministros D. Luís da Cunha (1662-1740), diplomata, enviado extraordinário às cortes de Londres, Madrid e Paris e o brasileiro Alexandre de Gusmão (1695-1753), irmão de Bartolomeu de Gusmão que viria a tornar-se o principal diplomata de Portugal (Serrão, 1980).

D. João criou a Academia Real de História Portuguesa por decreto de 8 de dezembro de 1720, provando seu interesse pelo desenvolvimento cultural de Portugal e por sua preservação. Joaquim Serrão (Serrão, 1980, p. 426) afirmou que a “*Academia Real da História Portuguesa ficará como um dos maiores títulos de glória da realeza de D João V*”. A Academia se estabeleceu numa das salas do palácio dos duques de Bragança e uma de suas finalidades era escrever as histórias militar, eclesiástica e civil de Portugal.

No período entre 1721 a 1736 a Academia Real da História Portuguesa inventariou uma coleção de 15 volumes de documentos que constituem a *Collecçam dos Documentos, Estatutos e Memórias da Academia Real de História Portuguesa*.

A Academia deixou ainda diversas obras importantes dos seus sócios, como a *História de Malta*, escrita por Frei Lucas de Santa Catarina (1660-1740), *História dos Templários*, redigida por Alexandre Ferreira, a *História Cronológica da Casa Real*, por D. Caetano de Sousa (1658-1734), as obras de Rafael Bluteau (1638-1734), em especial o *Vocabulário Português e Latino*, composto de 8 volumes e 2 suplementos, obra que normatiza e faz reflexões sobre a literatura portuguesa, visando uma uniformidade da ortografia (Serrão, 1980).



**Figura 2** Gravura de Vieira Lusitano para a portada de obras a publicar pela Academia Real da História Portuguesa.

Outra obra importante do acervo foram as *Memórias de São Sebastião, de D Henrique, Felipe I, II e III* em 3 volumes, escritas pelo Abade de Santo Adrião de Sever, Diogo Barbosa Machado (1682-1772). Diogo Barbosa também foi o autor da *Biblioteca Lusitana*, primeira obra considerada de referência editada em Portugal. Deve-se ainda a ele a recomposição da Biblioteca Real, após o terremoto de 1755. Ele reuniu um acervo de cerca de 9 milhões de itens entre livros, manuscritos, mapas e estampas, doando o conjunto ao rei D. José I, uma vez que a Biblioteca Real havia sido toda destruída com o terremoto e incêndio de Lisboa. Quando a família real se mudou para o Brasil trouxe todo este conjunto, que faz hoje parte da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Serrão, 1980).

Em 1736, a Real Academia de História Portuguesa começou um processo de decadência, extinguindo-se em 1760. A Academia das Ciências de Lisboa foi um exemplo para o desenvolvimento das ciências em Portugal na segunda metade do século XVIII e veio a substituir a Real Academia de História Portuguesa.

Rômulo de Carvalho (Carvalho, 1996, p. 3) acentua que:

A Academia então criada a qual foi “das Ciências”, com intencional exclusão de qualquer termo que desse relevo “as actividades literárias”. Era ao cultivo das Ciências, e até aparentemente só delas, que a nova Academia se destinava, pois entendia-se que seria de actividades desse género que a nação se encontrava gravemente carecida.

## 1 A ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

A Academia das Ciências de Lisboa foi criada em 24 de dezembro de 1779 fruto de um esforço conjunto de alguns aristocratas para terem em Portugal uma academia científica e literária à altura das outras já existentes na Europa. Para tanto contou com um nobre bastante viajado e membro da Royal Society, o marechal general, sobrinho de D. João V, D. João Carlos de Bragança, (1719-1806), 2º Duque de Lafões, que foi seu primeiro presidente. Rômulo de Carvalho, quando se refere à Academia das Ciências, afirma que:

Não se trata de uma contribuição meramente convencional com o simples fito de acompanhar o progresso cultural da época, mas uma intervenção consciente e activa na vida nacional, procurando interessar e entusiasmar as mentalidades portuguesas na execução de um programa de elevação do país no âmbito das ciências e das técnicas. (Carvalho, 1996, p. 3).

D. João Carlos teve nesta empreitada, o auxílio do naturalista José Francisco Correia da Serra, (1754-1830), conhecido como Abade Correia da Serra, membro de várias academias científicas da época, e interessado em botânica. Outro importante fundador da Academia das Ciências de Lisboa que merece ser citado foi o Doutor em Filosofia Luís António Furtado do Rio de Mendonça e Faro, o 6º Visconde de Barbacena (1754-1830), formado pela Universidade de Coimbra, e interessado em História Natural. Após cerca de uma década no cargo de secretário perpétuo da Academia, Barbacena foi recompensado pela rainha D. Maria I com a governança da Capitania das Minas Gerais, cargo que exerceu durante muitos anos.

A Academia das Ciências de Lisboa possuía três áreas de investigação e interesse: a de Ciências da Observação, a de Ciências do Cálculo e a de Belas Artes. Os estudos se baseavam em investigações da natureza, divulgação de resultados e aplicação dos conhecimentos na teoria e ciência da educação e do ensino. Desta forma desejava-se inculcar uma consciência da utilidade da ciência. Existiam diferentes modalidades de sócios, os efetivos, os honorários, os estrangeiros, os correspondentes e os supranumerários (Saraiva, Lopes, 1989).

Cada classe tinha oito sócios efetivos, existindo ainda as categorias de sócios honorários, estrangeiros, correspondentes e supranumerários.

A primeira classe era a de Ciências de Observações, à qual pertenciam Domingos Vandelli como primeiro Diretor (nomeado na sessão de 19 de janeiro de 1780), José Correia da Serra, João Faustino, Bartolomeu da Costa, Vicente Ferrer, o Visconde de Barbacena, António José Pereira e António Soares Barbosa.

A segunda classe, de Ciências de Cálculo, que incluía o Marquês de Alorna, João de Almeida Portugal, diretor, o Conde de Azambuja, Teodoro de Almeida, José Joaquim de Barros, José Monteiro da Rocha e Giovanni Antonio Dalla Bella.

A terceira classe, a de Belas Letras, era composta pelo Duque de Lafões, Miguel Lúcio de Portugal e Castro, Joaquim de Foios, o Conde de Tarouca, Pedro José da Fonseca, Principal Mascarenhas, Gonçalo Xavier de Alcáçova Carneiro e António Pereira de Figueiredo (Sócios da Academia, BAEL, 1779).

A *“Reforma Pombalina”* da Universidade de Coimbra, datada de 1772, promoveu o estabelecimento de uma sistemática científica em Portugal, sendo que todo este movimento deveu-se muito à fundação da Academia Real das Ciências pela rainha D. Maria I. Pode-se dizer que a Academia de Lisboa foi um projeto iluminista dentro um ideário memorialista e projetista para o país. Luis Reis Torgal explicou que *“A Academia e as faculdades científicas da Universidade favoreceram o aparecimento de uma elite de intelectuais de novo estilo e outro tipo de interesses que aspiravam a uma renovação da cultura e da instrução”* (Torgal, 1989, p. 80).

Estrangeiros como o paduano Domingos Agostinho Vandelli (1735-1816), João Antonio Dalla Bella (1730-1823), Miguel Franzini (? -1810), Miguel Antonio Ciera (? -?), foram levados a Portugal e marcaram uma época de contato mais estreito do pensamento português com a ilustração italiana.

A Academia das Ciências de Lisboa mudou algumas vezes de instalações, até ficar, desde 1833, no Convento de Jesus da Ordem Terceira de S. Francisco, prédio onde se encontra ainda hoje. Iniciou suas atividades no Palácio das Necessidades em 1780, lá permanecendo até 1791 (Carvalho, 1981).

Entre 1792 e 1797 funcionou no Palácio dos Negros, transferindo-se neste último ano, mais uma vez com seus equipamentos e livros, para o Palácio dos Condes de Castro Marins, lá ficando até 1800, quando se mudou novamente, desta vez para o Palácio dos Sobrais. Neste sítio a Academia funcionou por 23 anos, quando D. João VI autorizou a ida para outro local capaz de suportar todas as atividades. Em 1823 mudou-se para as instalações da Congregação Beneditina do Colégio da Estrela, palco da maior parte da atuação de Alexandre Vandelli como Guarda-Mor dos Estabelecimentos. Em 1832, já se ressentindo dos problemas políticos que atormentavam Portugal, se deslocou para o Palácio dos Lumiares, permanecendo apenas até 1833 por não ser ainda um local adequado ao tamanho do acervo acadêmico.

Documentos indicam que se planejou a mudança para o Mosteiro de São Vicente, mas o plano não foi levado a cabo). Finalmente, ainda em 1833, se deslocou para onde ainda se encontra<sup>1</sup>, inicialmente ocupando apenas parte do Convento de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco. Após a saída dos religiosos de Portugal em 1834, a Academia assumiu todo o atual prédio, além do acervo literário do Convento (Carvalho, 1981).

Entre os membros fundadores da Academia, inclui-se o grande responsável pela concretização deste projeto acadêmico: D. João Carlos de Bragança de Sousa Ligne Tavares Mascarenhas da Silva (1719-1806), 2º Duque de Lafões e seu primeiro Presidente, além de José Francisco Correia da Serra (1750-1823), conhecido por Abade Correia da Serra, seu primeiro Secretário (Atas das Assembleias, 1780).

---

<sup>1</sup> Hoje a rua chama-se “Rua da Academia das Ciências”.



**Figura 3** 2º Conde de Lafões - fundador da Academia Real das Ciências.

Ambos consideravam a Academia uma instituição que ajudaria a promover a Ciência e o Ensino para o progresso e prosperidade do País. Após a sua fundação, a Academia guiou-se por uma abordagem pragmática dos problemas da natureza. Como registraram os seus fundadores à posteridade, era “... esta Academia de Sciencias, consagrada á glória e felicidade pública, para adiantamento da Instrucção Nacional, perfeição das Sciencias e das Artes e aumento da indústria Popular” (Planos dos Estatutos, 1779, p. 3).

A Academia estendeu a sua atividade não só às ciências naturais (física, química, matemática, história e linguística), mas também às ciências aplicadas, tais como a Economia, o desenvolvimento da Agricultura e da Indústria, da Saúde Pública, do Ensino, Mineralogia, etc., como pode ser verificado ao longo de suas muitas publicações intituladas “Memórias da Real Academia das Sciencias de Lisboa” e “Memórias Econômicas”. Sua divisa latina reflete seus objetivos desde os primórdios: “*Nisi utile est quod facimus, stulta est gloria*”, ou seja: “Se não for útil o que fizermos, a glória será vã”.

Portugal mostrava estar alinhado com a importante função da estruturação e divulgação da ciência que as academias desempenhavam na Europa. Elas permitiam o contato direto entre cientistas, estabelecidos e novatos, além de promover o progresso das ciências através da apresentação e publicação de memórias, atas e periódicos científicos. Normalmente criavam bibliotecas, jardins de cultura botânica, laboratórios e observatórios astronômicos, assim como instituíam prêmios para trabalhos de investigação e apoiavam financeiramente alguns cientistas nos seus trabalhos (Ayres, 1927).

Em 13 de Maio de 1783 foi reconhecida a utilidade pública da Academia, que foi nobilitada, passando a designar-se “*Academia Real das Sciencias de Lisboa*”, beneficiando-se de proteção régia e usufruindo de vários privilégios, tais como o da concessão de livre acesso dos acadêmicos aos arquivos do reino, as obras acadêmicas deixariam de estar sujeitas a censura. Além de obterem a permissão de os livros impressos pela Academia pudessem ser transportados livremente para qualquer parte do território. A designação de “Real” viria a desaparecer em 1910 com a implantação da República (Decreto, 1799).

## CONCLUSÃO

A criação da Academia das Ciências de Lisboa correspondia a uma tentativa de incentivar o desenvolvimento científico e cultural de Portugal, divulgando os conhecimentos científicos e técnicos de maneira a que pudessem ser aplicados ao desenvolvimento cultural e econômico do país. Dentro do espírito utilitário característico do Iluminismo luso, a instituição pretendia contribuir para o progresso da ciência através da aplicação dos novos conhecimentos, deixando espaço para a instrução dos consócios e a divulgação das ciências através da publicação de suas Memórias científicas e econômicas.

A Academia das Ciências de Lisboa foi influenciada pelas academias científicas européias, mas o seu objetivo foi o de contribuir para o aperfeiçoamento e expansão da educação e das técnicas em Portugal, um país que lutava contra as potências intelectuais vigentes.

As obras que foram produzidas na Academia das Ciências de Lisboa na época de sua existência visavam divulgar as pesquisas e propostas que aconteciam no interior de suas salas, como ainda hoje acontece.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACTAS DAS ASSEMBLÉIAS. *Academia das Ciências de Lisboa do anno de 1780*. Livro 156. Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, 1780.
- AYRES, C. *Para a história da Academia das Ciências de Lisboa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, separata do Boletim da Segunda Classe, vol. XII, p. 13-18, 1927.
- CARVALHO, Rômulo. *Actividades científicas em Portugal no século XVIII*. Portugal: Universidade de Évora, 1996.
- \_\_\_\_\_. *História de Portugal*. v. V: A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750). Lisboa: Verbo, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1981.
- CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. Campinas: Unicamp, 1997.
- DECRETO. D. João VI. *Negócios de Portugal*. Secretaria de Estado do Ministério do Reino. Caixa 724, pct. 1, pacotilha 6, 13. Mafra, 4 de novembro de 1799.
- DURANT, Will. *História da filosofia - a vida e as idéias dos grandes filósofos*. São Paulo: Nacional, 1926.
- HAHN, Roger. The age of academies. Pp. 3-12, in: *Solomon's House Revisited*. The Organization and Institutionalization of Science. Hardcover: Töre Frangsmyr, Science History Publications, 1990.
- PALMA-FERREIRA, João. *Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1982.
- Planos de Estatutos da Academia das Ciências de Lisboa*, BA CL, 1779, Título I, cota nº 12.92.4/28, p. 3, 1779.
- SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. 15. ed. Porto: Porto Editora, 1989.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. v. V: A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750). Lisboa: Verbo, 1980.
- SÓCIOS DA ACADEMIA. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, BA CL. Tomos I a V. 1779.
- TORGAL, L. R. *A revolução francesa e a instrução pública em Portugal*. Ler História: Lisboa, n. 17, p. 80, 1989.